

DEZESSEIS PALAVRAS QUE  
CHORAM: UMA LEITURA DA  
(DES)CONSTRUÇÃO DA  
LINGUAGEM NA CRÔNICA DE  
ROBERTO POMPEU TOLEDO

*SIXTEEN WORDS THAT CRY:  
AN INTERPRETATION OF THE  
(DE) CONSTRUCTION OF  
LANGUAGE IN A CHRONICLE  
OF ROBERTO POMPEU TOLEDO*

**Ricardo Marques Macedo  
(UNEMAT)<sup>1</sup>**

**Aroldo José Abreu Pinto  
(UNEMAT)<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Mestre pela Pós-Graduação em Estudos Literários - PPGEI, da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), câmpus de Tangará da Serra-MT, Brasil, CEP 78300-000.

<sup>2</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários - PPGEI - UNEMAT-Tangará da Serra- MT. aroldoabreu@uol.com.br

**RESUMO:** Este texto tem como objetivo analisar a crônica “Dezesseis palavras que choram”, do jornalista Roberto Pompeu Toledo, publicada na *Revista Veja*, enfocando a reação provocada pela fala do governador do DF ao supostamente incitar crime de preconceito racial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Crônica. Racismo. Política.

**ABSTRACT:** This text aims at analyzing a human story called “Dezesseis palavras que choram”, written by journalist Roberto Pompeu Toledo and published in *Revista Veja*. The text presents us with the unease provoked by speech of the Governor of the DF allegedly inciting racial hate crime.

**KEYWORDS:** Human story. Prejudice crime. Politic.

## Introdução

O presente trabalho focaliza a crônica “Dezesseis palavras que choram”, de Roberto Pompeu Toledo, publicada pela *Revista Veja*, em fevereiro de 2002, treze dias após o então Governador do Distrito Federal convocar a população que participava de uma manifestação/comício (antecipado) na cidade-satélite de Brazlândia a destinar uma salva de vaias a um aposentado negro que se encontrava próxima a uma faixa de protesto produzida por militantes do Partido dos Trabalhadores.

Partindo do pressuposto da necessidade de contextualização do texto em análise, uma crônica, em um primeiro momento esboçaremos um breve comentário sobre esse gênero e sua função no Brasil. Em seguida expomos alguns elementos externos, do momento de sua produção, que possam ajudar a configurar o contexto dos fatos, as circunstâncias que motivaram a manifestação de Pompeu de Toledo.

Feito isso, passamos a analisar os argumentos apresentados pelo cronista para uma possível defesa do governador.

## Crônica

O conceito de crônica não é único e consensualmente aceito. Cada cultura define por crônica um tipo específico de texto, embora todas concordem em que, do ponto de vista histórico, segundo Marques de Melo (2003), ela represente efetivamente a narração de certos fatos, seguindo uma ordem cronológica e com finalidade de registro para a posteridade.

Apesar de considerar a crônica como um gênero menor em relação aos demais gêneros literários, Antonio Candido (1992) considera o formato adotado no Brasil como um gênero tipicamente brasileiro, originário dos antigos “folhetins”, com um tom mais leve e descompromissado. Afrânio Coutinho (2003), para conceituar este gênero, parte da diferenciação entre ensaio e crônica. Busca um sentido mais antigo para o uso diferenciado destes dois tipos de textos.

Para o crítico, o ensaio surge como uma modalidade textual muito mais próxima da manifestação oral ou do pensamento no momento do ato, podendo ser considerado como um “breve discurso, compacto, um compêndio de pensamento, experiência e observação” (COUTINHO, 2003, p. 118). Alerta ainda para o fato de serem os ensaios um tipo de composição em prosa que busca experimentar ou interpretar a realidade a partir de um olhar pessoal do autor. Com o passar dos anos, o ensaio assume novo propósito e passa a ser considerado uma modalidade de estudo, acabado e conclusivo.

Por serem tradicionalmente datadas, as crônicas normalmente tratam de temas que surgem em um determinado momento próximo à sua publicação. Entretanto, cabe ao cronista não apenas noticiar o fato, mas comentar, sendo o comentário de pequeno alcance quanto ao interesse, apenas pelo frescor dos acontecimentos. Entretanto, vale ressaltar, há autores que conseguem romper com este imediatismo e conferem transcendência à crônica pela qualidade principalmente literária.

No Brasil, a crônica surge em meados do século XIX, destinada a apresentar de maneira suave e palatável fatos da semana ou do mês. À época quase sempre visavam ao público feminino. José de Alencar e Francisco Otaviano de Almeida Rosa foram dois grandes nomes da crônica brasileira da época.

Será Bilac o responsável por conferir a algumas de suas crônicas uma feição de ensaio ao concentrar seus comentários sobre determinados fatos, ideias ou acontecimentos. Assim surge, segundo Coutinho (2003), o conceito que temos hoje de crônica, muito mais próxima dos ensaios do passado, permitindo comentários ligeiros ou divagações realizadas com bom gosto literário.

Há ainda de se considerar alguns aspectos importantes para a caracterização da crônica. O cronista deve dar preferência à linguagem da atualidade, refletindo a época de sua publicação. O estilo deve ser simples e tender para um tom comunicativo, de conversa. Deve-se rejeitar postura dogmática e fechada para evitar a fuga dos leitores que não comungam das mesmas opiniões e posicionamentos.

Afrânio Coutinho estabelece cinco categorias para classificar da crônica brasileira. São elas: a) crônica narrativa – o eixo central é uma história ou episódio; b) crônica metafísica – esboça reflexões sobre os acontecimentos ou homens de maneira mais ou menos filosófica; c) crônica poema-em-prosa – de conteúdo lírico; d) crônica-comentário dos acontecimentos; e) crônica-informação – é a categoria mais próxima do sentido etimológico, assemelha-se a crônica-comentário, mas com caráter menos pessoal.

### **As circunstâncias**

Por ser a crônica em questão um produto híbrido, fruto da crítica jornalística motivado por fatos reais, faz-se necessário traçar o contexto da frase polêmica do então governador do Distrito Federal Joaquim Roriz.

O caso teve sua origem numa quinta-feira, dia 31 de janeiro de 2002, durante um pronunciamento para uma multidão de cerca de 200 pessoas na cidade-satélite de Brazlândia (DF) que reclamavam dos valores cobrados pelo IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano).

Durante seu governo, Roriz realizou diversos assentamentos, retirando famílias carentes de favelas e proporcionando a oportunidade de melhores condições de moradia. Ao mesmo tempo em que praticava “ações sociais”, o governador costumava discursar e prometer às famílias isenção do pagamento de impostos e tributos como taxas de água e energia.

Diante das promessas e da não isenção de tais taxas e impostos, a população decidiu então promover uma manifestação contra Roriz. Na manifestação do último dia do mês de janeiro de 2002, o governador avistou, próximo a uma faixa de protesto produzida por militantes do PT (Partido dos Trabalhadores), um senhor; por acreditar que se tratava de um opositor político convidou, então, toda a multidão para vaiá-lo, nos seguintes termos: “- ali está um crioulo petista que eu quero que vocês dão uma salva de vaiá nele”.

Parte do discurso foi gravado em áudio por um estudante universitário que mais tarde cederia a gravação para a Rádio CBN; esta tornou público o caso, atraindo a atenção de toda a imprensa nacional e demais partidos políticos. A polêmica estava armada. Por conta da frase, o procurador-geral da República na época, Geraldo Brindeiro, decidiu entrar com uma ação contra Roriz no Superior Tribunal de Justiça, alegando incitação a crime de racismo. O caso, no entanto, foi arquivado meses depois.

Essa não seria a primeira vez que Roriz se via em meio a polêmicas decorrentes de suas falas desbragadas. Já em 1994, durante a campanha por Valmir Campelo, de cima do palanque e diante de vários eleitores, teria chamado de “vadia” a tucana Maria de Lourdes Abadia que viria, curiosamente, a se tornar candidata a vice pela chapa do próprio Roriz na campanha de 2002. Em 2001,

Roriz, em discurso no Recanto das Emas, declara que, em uma festa com oito desembargadores, um deles teria dito que não via a hora de ver arquivado um processo por improbidade administrativa, em consequência de doações irregulares de lotes a igrejas. Igualmente em 2001, Roriz chama os senadores Valmir Amaral e Wellington Roberto de “bandidos”. No final do mesmo ano, o então governador ataca publicamente o juiz Carlos Frederico Maroja de Medeiros, afirmando ser ele incompetente.

Em 2002, ano do fato objeto da crônica em pauta, além de referir-se a um desconhecido como “crioulo petista” - depois vem-se a saber que se tratava de um aposentado, Roriz insinua, em outro pronunciamento para um grupo de aproximadamente 200 religiosos na Conferência Brasileira de Pastores, que o deputado distrital Rodrigo Rollemberg (PSB) era usuário de maconha. No ano seguinte, em 2003, além de chamar o ex-governador Cristovam Buarque de “assassino”, o qualifica como uma pessoa “que não gosta de pobres”.

Já no ano de 2010, durante campanha ao governo, Roriz afirma que no governo do PT poderia matar, roubar e até mesmo estuprar. Compara ainda os militantes do PT a satanás. Vale ressaltar que Roriz iniciou sua carreira política no estado de Goiás ao fundar ali o Partido dos Trabalhadores.

## Dezesseis palavras

A crônica “Dezesseis palavras que choram” do jornalista Pompeu Toledo, se encaixa na modalidade crônica-comentário da classificação de Coutinho: foi motivada, como assinalamos, pela fala de Roriz em um comício, em janeiro de 2002, diante de uma multidão que protestava contra os altos impostos cobrados. Por essa razão, vale ressaltar, de início, que a frase desencadeadora da polêmica e desta crônica não é uma frase perdida em um discurso qualquer, de um artigo de jornal que poucos leem ou um capítulo de uma obra que

por acaso alguém descobre. Pelo contrário, uma situação real de produção bastante determinável: é oral, dirigida indiscutivelmente a um destinatário certo, que não é um indivíduo mas um coletivo. E mais: num comício, ou seja, uma multidão reunida com objetivo específico: **ouvir** alguém que **fala**. E cuja expectativa sobre o tema ou os temas a serem abordados não se abre em leque, pelo contrário. Ou seja, uma situação de produção linguística totalmente marcada.

Entretanto, o fato em si, ao leitor da crônica simplesmente, só pode ser apreendido indiretamente pelo discurso do cronista, supondo-se que ele não compunha o público do referido comício. Entretanto para compreender o seu sentido é dispensável contextualizá-lo, reatualizando as referências apontadas acima, principalmente porque não se pode, aqui, prescindir da configuração de uma imagem, uma certa imagem, não só do político Roriz, mas principalmente do Roriz de fala desbragada.

Começemos pelo título da crônica: “Dezesseis palavras que choram”.

O título de uma obra, mais que dar nome, tem a função de marcar o início do texto, de constituí-lo como mercadoria, segundo Roland Barthes. Como adverte o semiólogo em “Análise estrutural de um conto de Edgar Poe” (1977, p. 41), todo título possui vários sentidos simultâneos, dentre os quais se destacam dois: “1) o que ele enuncia, ligado à contingência daquilo que o segue; 2) o próprio anúncio de que vai seguir-se um trecho de literatura (isto é, de fato, uma mercadoria); por outras palavras, o título tem sempre uma dupla função: enunciativa e dêitica”. (DUNGUE; MIYAZAKI, 2012, p.5)

Dentre as várias expectativas abertas pelo título da crônica, destacamos duas: 1- palavras antropomorfizadas, numa relação metonímica em que o sujeito real da fala é substituído pelo instrumento de expressão, manifestam o sentimento sobre alguma coisa por alguma razão, negativa; 2- palavras, antropomorfizadas, expressam sentimentos próprios.

O *lead* já adianta ao leitor do que trata a crônica. O receptor já concebe uma imagem da situação e sua leitura é pautada inicialmente por seu conteúdo dado, mesmo que ao longo do texto tensões sejam formadas entre o sentido inicial do *lead* e o seu desenvolvimento. Confira na íntegra: “Uma frase do governador do Distrito Federal transforma-o em réu de duplo crime: racismo e atentado ao idioma” (TOLEDO, 2002). Ou seja, a escolha dos termos pontua os pontos nevrálgicos: o sujeito (ativo), uma frase; o sujeito passivo (um político); e a sua qualificação (governador do DF); as causas: dois atos cuja aproximação numa mesma função sintática leva à estranheza quanto aos universos semânticos distintos. Trocando em miúdos, como se leria essa frase?

O autor (a partir de agora nomeado apenas de narrador) inicia seu texto com a expressão “*uma* frase” dando a entender tratar-se apenas de mais uma frase qualquer proferida, tese reforçada pelo uso do artigo indefinido “uma” em oposição ao definido “a”, que seria mais indicado para enfatizar a frase em questão. Em seguida, é apresentado o personagem principal: um “governador”. Há de se considerar que é “uma frase” que exerce a função de sujeito no enunciado, criando o efeito de que a frase (emitida por Roriz e destacada na crônica) teria querer próprio para condenar Roriz, em oposição a uma situação em que, com base na leitura da mesma, seria o leitor a pronunciar-se a respeito.

A nomeação da personagem central como governador convoca à cena a implicação de todo um código de valores e postura anteriormente aceito pelo sujeito: em escala, podemos classificar o governador como a terceira figura mais importante de nossa organização política (presidente em primeiro, seguido por senadores e em terceiro, os governadores). O narrador vai além e situa a escala geograficamente: trata-se do “governador do Distrito Federal”. Não se trata mais de uma figura central da política de um estado qualquer e imaginário. Ele agora representa o Distrito Federal, o centro nervoso da política brasileira. É a capital nacional, espaço de que, no Brasil, emanam as leis e principais decisões que norteiam o país.

Tais implicações, num primeiro momento pelo menos, estariam ausentes, ou atenuadas, se em lugar de “governador do Distrito Federal”, figurasse apenas Joaquim Roriz. Este nome passaria despercebido para grande parte da população brasileira. Mas o cargo que ele ocupa traça outro horizonte de sentido em que o fato-objeto deve ser situado. Nesse cenário, é interessante que o papel de destinador na concepção semiótica greimasiana - aquele que dita os valores que serão postos em movimentação na narrativa - esteja encarnado, por delegação, pelo Partido dos Trabalhadores - PT, que se encarrega de cobrar a infração em vigência pelo contrato assumido por Roriz. Na verdade, no nível das manifestações actorias, o PT é aí um ator sincrético que congrega os papéis de destinador e anti-sujeito (“acérrimo adversário do governador”, informa a crônica).

Assim, no *lead* o narrador, após apresentar o personagem central, modifica função temática deste no texto. De Governador, é transformado agora em “réu de duplo crime”. Ser réu implica estar em processo de julgamento: é nessa situação que entra a atualidade da crônica: Roriz ainda não foi julgado, o leitor pode - e deve - como cidadão ser juiz também.

Entre as informações dadas pelo *lead* e no primeiro parágrafo nota-se uma tensão. No primeiro, o narrador afirma que o governador se transformou em um réu de dois crimes: “racismo e atentado ao idioma”. Já no parágrafo seguinte, ao convidar para a reflexão, o narrador cita apenas o “crime de racismo”, o que seria o mais razoável uma vez que o crime de racismo é realizado através da manifestação verbal. Ou seja, a frase não é simplesmente manifestação, expressão de algo, mas teria aqui uma função essencialmente performativa: ela não expressa o crime, ela realiza o crime: ela é um ato. Mas, apesar disso, também não é esta a questão, a razão da imputação do segundo crime, como se verá.

É no primeiro parágrafo ainda que encontramos referências espaciais e temporais que nos ajudam a situar personagens e ações.

A frase foi dita no dia 31. Apesar do texto não trazer referências a mês e ano, inferimos tratar-se de março de 2002 devido à data de publicação da crônica. Quanto à referência espacial, ela traz ao cenário Brazlândia, uma cidade-satélite próxima a Brasília, cuja economia gira em torno da agricultura familiar, sua população, pois, composta de pessoas simples, normalmente base do eleitorado do PT.

Neste primeiro parágrafo, enfrentam-se, de um lado, o governador e, do outro, “PT de Brasília”. Ambos os sujeitos assim nomeados perdem a configuração individualizante para permanecer na genérica de instituições. Uma situação curiosa se a memória leva o leitor ao dado de que um (Roriz) é o fruto do outro (PT).

Ao contrário do que se esperaria da leitura imediata da frase – cometimento de crime de racismo –, “Se as palavras de Roriz merecem ou não condenação será o tema”, assevera Pompeu de Toledo –, o cronista aprofunda o tema indicado: trata-se, não de julgar o crime, mas de julgar as palavras. Ele o faz começando pela utilização de recursos estilísticos para realçar sua importância (ou desimportância) e valor (ou desvalor). A citação é posta em parágrafo à parte e todo em caixa alta (maiúsculas). Não há indicação de aspas, utilizadas normalmente para citações. O texto citado é iniciado diretamente por um travessão que indica, normalmente, a fala de uma personagem. Assim, a polêmica frase salta como se pronunciada/gritada pela primeira vez pelo enunciador.

- ALI ESTÁ UM CRIOULO PETISTA QUE EU QUERO QUE VOCÊS DÃO UMA SALVA DE VAIA NELE”.

“A frase [...] já seria um assombro”, define o narrador. E traduz “um pandemônio sintático”. E destacando os pontos da ação criminosa – “Do primeiro ‘que’ ao ‘nele’ final, passando pelo ‘dão’ em vez de ‘deem’ e à ‘vaia’ em vez de ‘vaias’, e a mais gritante, traição da e pela linguagem, “salva de vaia” - conclui: “há atentados de toda ordem contra a língua portuguesa”. E evoca a autoridade na figura do “guardião” nacionalmente conhecido na mídia. Aí está

reconhecida a vítima, o crime e a gravidade deste: “o professor Paquale a nocaute.”

Entretanto, o narrador - ironicamente, gozador – encontra uma linha de defesa contra o primeiro crime, o de racismo, exatamente na linguagem e no termo perpetuar do mesmo. Acima dos graves os erros principalmente sintáticos - indicativos de um novo crime, contra a língua natural, mais grave pela amplitude já que se trata do patrimônio mais genuíno de uma nação, ele aponta uma agora não uma traição mas salvação da/pela linguagem. A salvação vem da história da língua, do termo “criminoso” na língua. E aí o autor exhibe a sua cultura, discorrendo sobre a sua etimologia, provavelmente desconhecida de muita gente, letrada ou não.

O narrador inicia o quarto parágrafo anunciando que *crioulo*, na frase proferida por Roriz, não significa necessariamente *negro*. Ressalte-se no texto de Pompeu o uso de marcas para diferenciar usos de vocábulos em contextos distintos. O autor opõe “negro” (marcado com aspas no texto original) a negro (sem aspas) para indicar tempo e uso diferentes. O primeiro, com aspas, indica o uso recente do termo com grande carga pejorativa; já o segundo, sem aspas, se refere ao sentido lato da palavra.

Seguindo o seu raciocínio, vai ele à origem do termo: *crioulo*, na origem, nada teria a ver com cor da pele, nem com África. Ele proviria da evolução de “cria da terra”, melhor, de “criadouro”. Ao longo dos usos, ocorreriam os fenômenos que a filologia identifica como aférese e lambdacismo: *criadouro* > *criaouro* > *criaoulo* > *crioulo*. Inicia o cronista seu argumento pelo sentido de “filho da terra”. Se na América, indicaria o nascido no continente, seja ele branco ou negro. Traz à cola a história do termo em países hispano-americanos: indicaria o nascido não na Espanha, mas na nova “terra”. Tanto que o “créole” em país de colonização francesa significa o dialeto feito de mistura do francês com a língua local.

Está aí o argumento a favor do governador do Distrito Federal: ao se referir àquela pessoa que ali o hostilizava chamou-o

dignamente de “filho da terra”. Assim, o narrador promove um enfraquecimento do campo semântico pejorativo que envolve o vocábulo *crioulo* e apresenta a primeira correção semântico-sintática para a frase em questão. O governador não teria utilizado a palavra no sentido de *negro*, mas sim no de *filho da terra*. Ao promover esse reparo, cria-se o sentido de valorização do indivíduo, além de provocar uma identificação entre sujeito e nação, de indivíduo e identidade. Ao fazer isto, com humor o narrador transfere para toda a nação o sentimento de ofensa. Roriz não ofenderia apenas o aposentado que estava presenciando ao pronunciamento na cidade-satélite de Brasília, mas ofenderia ao filho da terra que metonimicamente equivale a todos os cidadãos brasileiros.

Juntando, pois, as correções no início listadas e o sentido “recuperado” via etimologia, qual é a proposta do cronista?

- ALI ESTÁ UM FILHO DESTA TERRA, POR SINAL PETISTA, PARA O QUAL PEÇO QUE VOCES DESTINEM UMA SONORA VAIA.

Temos a primeira versão corrigida pelo narrador para a frase de Roriz. Agora o leitor não se encontra mais frente à fala do governador, mas sim diante da fala do cronista, fruto de uma leitura a partir daquela. Outro ponto que merece destaque é que o narrador desconsidera proposadamente o fato de a frase original ter sido dita em comício, portanto usando a linguagem oral, e propõe a correção com base nas regras da norma culta do português escrito. Este deslocamento de oral a escrito marca a tentativa de se registrar na história tal fato, uma vez que o registro escrito se mantém muito mais forte e vivo ao longo dos anos, enquanto que a fala se perde e se modifica.

Os elementos gráficos empregados no texto original permanecem na nova forma. Note-se, porém, que o adjetivo *petista* segue na frase, mas *crioulo* é substituído por uma expressão mais geral e que, como já afirmamos anteriormente, representaria cada um dos brasileiros. Entretanto, o adjetivo já não vem mais

diretamente inserido após o substantivo como ocorre na frase do governador (“crioulo petista”); agora aparecem os dois segmentos distanciados e indiretamente relacionados pela expressão “[...], por sinal, petista”. Em outras palavras, trata-se de uma informação complementar que poderia ou não ser importante para todo o contexto. Desta forma, ocorre o enfraquecimento do termo *crioulo* já que seu sentido pejorativo foi desconsiderado, a ampliação da abrangência da ofensa ao escolher a expressão “filho desta terra” para substituir o vocábulo anterior e a permanência da palavra “petista” no texto. A expressão “por sinal” é ambígua: tanto pode apontar para um lado quanto para outro. Num diálogo, o estranhamento se apresentaria como uma pergunta: “o que se quer dizer?”. Ela só aponta uma relação. Poderíamos, inclusive, entender que há aí uma equivalência: dizer “filho da terra” (ou seja, o nativo) ou “d(esta) terra” (ou seja, de gente que tira o sustento da agricultura familiar) significa ser petista. Petista é o que provém do extrato social mais humilde. Se se salva o crioulo, o inimigo político, não; a ele se destina a vaia.

Uma brincadeira, como o próprio narrador afirma: “ Não pegou?” “[...] soa forçada?” Uma brincadeira, com certeza. Interessante, pela lição sobre a palavra *crioulo*. Ninguém pode negar o uso corrente da palavra *crioulo* para indicar uma mestiçagem em que se marca a presença, em qualquer dosagem, do elemento negro. De forma pejorativa ou não. Só o contexto (talvez) poderá dizer. O preconceito não encontraria lugar quando a “crioulidade” fosse tomada simplesmente como traço distintivo exterior: como indicar alguém anônimo numa turba heterogênea em todos os sentidos? O preconceito desapareceria principalmente quando o crioulo fosse capaz de chamar-se a si mesmo de crioulo.<sup>3</sup>

Neste momento, o narrador encerra a apresentação da primeira linha de defesa e nos mostra uma outra linha. Esta segunda linha está muito mais relacionada a elementos externos da crônica que a primeira. Enquanto a primeira explicação se dá (ou se procurar dar) em função de elementos internos e específicos de linguagem, a

segunda se volta para elementos da realidade, quando ao Roriz personagem começa-se a estabelecer uma relação mais forte com o Roriz da realidade.

Dentro de seu papel de crônica, de ser híbrido, a crônica informa a saída do anonimato do *crioulo*: “o governo do Distrito Federal até identificou o destinatário da frase”. Note a utilização da escala semântica para constituição da frase, em discurso indireto livre: “até” revela uma gradação inclusiva, que menos fala das ações tomadas pelo governo do que do esforço na argumentação. O narrador repete as palavras do outro: “seria um certo Marinalvo Nascimento”. Apesar do nome, de seu registro social, ele continua, pelo contrário, no anonimato: afinal é só “um certo” Marinalvo Nascimento<sup>4</sup>. Apesar de que fosse “cabo eleitoral do deputado distrital Edimar Pirineus, atual secretário do Desenvolvimento Econômico de Roriz”. E, desempenhando o papel de componentes substituíveis paradigmaticamente, outro secretário do governo, da Comunicação, Wellington Moraes, vem ao socorro e entorna mais o caldo que já perdera a credibilidade pelo excesso dos pormenores: “O governador sempre brinca desse jeito com as pessoas simples.” Está aí confirmado: crioulo, gente desta terra, de Brazlândia, gente simples (e petista ?).

Sustentada em tais argumentos, a segunda linha de defesa adotada pelo “reu”- busca reforçar a ideia de brincadeira carinhosa entre pessoas conhecidas. O narrador questiona tal explicação, e o faz socorrendo-se do uso da língua: os opostos “negão” e “brancão” como dificilmente permutáveis na prática social. Afinal, historicamente e ideologicamente em que situação um negro chamaria um branco de “brancão” como expressão de afeto? Da mesma forma que soaria estranho um negro chamar alguém de “brancão”, fora de propósito seria um branco usar uma camiseta com a mensagem de “100% Branco”.

O *imbroglio* se complica ao pretender-se explicar a contradição entre ser correligionário e ser petista. Se o ofendido era

correligionário do governador, então, por que teria sido chamado de petista? Propõe-se então a tese de falha no momento da enunciação, Roriz deixara de pronunciar o advérbio de negação “não” antes do adjetivo “petista”. Da mesma forma, ao dizer “salva de vaias” queria ter dito “salva de palmas”: Equívoco talvez explicável porque o ponto visado seria o conteúdo isotópico de “salva” e “palmas” na expressão traída: a manifestação calorosa (bem coerente com o destempero verbal de Roriz), ainda que tal desejo tenha criado um produto estranho como “salva de vaia”. Ou seja, com isso, nessa caminhada argumentativa chega-se ao ponto nevrálgico da frase desencadeadora do processo do PT e da crônica de Pompeu: chegamos ao processo mesmo, falho, falhado da própria enunciação. O que equivale a dizer: do sujeito enunciador.

Diante de tal suposição, o narrador apresenta uma terceira versão para a frase revisada, a única possível pela coerência lógica, mas não da realidade dos acontecimentos:

- ALI ESTÁ UM FILHO DESTA TERRA, ALGUÉM LONGE DE SER UM PETISTA, PARA O QUAL PEÇO QUE VOCES DESTINEM UMA SALVA DE PALMAS.

A segunda correção mantém o caráter universal do sujeito afetado pela ofensa com a permanência da expressão *filho desta terra*. O adjetivo *petista* também se faz presente, mas desta vez os sentidos são invertidos pelo narrador, não se trata mais de alguém petista, temos agora alguém “longe de ser petista” e por complemento: este alguém que não é petista merece receber uma salva de palmas.

Ao modificar o sujeito ofendido de petista para não-petista, o narrador restaura a isotopia perdida nas duas primeiras versões (a original do governador e a refeita pelo narrador) da frase. A ideia contida na terceira versão é aparentemente diferente daquela exposta na primeira, mas por negação traz a mesma carga ideológica. Ou seja, se não é petista merece palmas, se for petista cabe a demonstração pública, contrária às palmas (a reprovação e, consequentemente, temos a figura das vaias).

A conclusão do narrador é exemplar: “Roriz deve ser mesmo condenado não por racismo, mas porque não sabe o que diz.” Num movimento espiralado, partindo-se do produto – a frase mal construída, a contra-argumentação da defesa – do crime de racismo – faz um percurso extraordinário pelo absurdo – factual e lógico – que só termina no comprometimento, não pelo crime duplo cometido – contra o outro e contra a língua – mas do próprio sujeito. Ao chegar à formulação correta, decorrente das argumentações havidas, exatamente oposta à inicial, o que se evidencia é a completa desqualificação do sujeito: na expressão, do conteúdo e pragmática.

Se não basta o percurso realizado para entender esse fato, o socorro das informações sobre as incidências do mesmo tipo de fenômeno na história política de Roriz têm a sua valia. E tanto uma coisa como outra, quando veiculada pelo discurso de Pompeu e em forma desse gênero – flexível, que acolhe qualquer ingerência estilística, a bel prazer do enunciador que assim se diverte – acabam descolando a história narrada do solo referencial do verídico para só fazer valer o prazer do possível.

## Referências

Barraco na campanha. **Senadores na mídia**. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/noticias/opiniaopublica/inc/senamidia/n>>. Acesso: 23 set. 2010.

BARTHES, R. **Elementos de semiologia**. São Paulo: Cultrix, 1997.

\_\_\_\_\_. **O óbvio e o obtuso**: ensaios críticos. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1990.

BORDINI, Maria da Glória. Na pista do gigolô das palavras. In: VERÍSSIMO, L. F. **O gigolô das palavras**. Porto Alegre: LPM Editora, 1982. p. 99-106.

CANDIDO, Antonio et al. **A crônica**: o gênero, sua fixação e as transformações no Brasil. Campinas: Unicamp, 1992. p. 13-22.

COUTINHO, Afrânio. Ensaio e crônica. In: \_\_\_\_\_. **A literatura no Brasil**.

Rio de Janeiro: José Olympio, 1986 (vol. 6).

DUNGUE, C.L.; MIYAZAKI, T. Y. Redes isotópicas em **Amarelo manga**, de Cláudio Assis. 2012, inédito.

FONSECA, Roberto. Roriz afirma a evangélicos que Rollemberg “gosta de maconha”. **Correio Brasiliense**. Disponível em <<http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2002/7/2>>. Acesso: 23 set. 2010.

GREIMAS e Courtès, J. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Contexto, 2008.

Joaquim Roriz pede vaia a “crioulo petista”, e PT quer processá-lo. **Folha Online**. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u28889.shtml>>. Acesso: 23 set. de 2010.

MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

Relatório referente ao Inquérito nº 328 – DF (2002/0011197-2). Supremo Tribunal de Justiça. Disponível em <[https://ww2.stj.jus.br/revistaelectronica/Abre\\_Documento.asp?sLink=ATC&sSeq=624259&sReg=200200111972&sData=20040607&sTipo=1&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/revistaelectronica/Abre_Documento.asp?sLink=ATC&sSeq=624259&sReg=200200111972&sData=20040607&sTipo=1&formato=PDF)>. Acesso em: 04 out. 2010.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. Dezesseis palavras que choram. **Revista Veja**. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/130202/pompeu.html>>. Acesso: 29 set. 2010.

Veja o perfil de Joaquim Roriz, governador reeleito no Distrito Federal. **Folha Online**. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u41609.shtml>>. Acesso: 23 set. 2010.

## Notas

<sup>3</sup> Recente *quiproquó* de mesma natureza envolveu o cantor negro Alexandre Pires, por ter-se fantasiado de gorila, juntamente com amigos negros e não negros, numa brincadeira de que participavam garotas igualmente negras e brancas. Segundo ele, simplesmente se lembrou de King Kong.

<sup>4</sup> De acordo com informações colhidas do Relatório referente ao Inquérito nº 328 – DF (2002/0011197-2), o nome do aposentado “crioulo petista” se chama na realidade Marinaldo Marcelino do Nascimento.